

Continuação



CTA - CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A

CNPJ nº 00.095.840/0001-85
NIRE nº 43 3 0003383 0

Para isso, considera como metodologia de cálculo do valor recuperável, a identificação e análise da menor unidade geradora de caixa, ou seja, cada região produtora, com os respectivos produtores por região e as estimativas de produção contratadas.

(b) Softwares

Também é parte do valor registrado no intangível o custo histórico de aquisição de softwares, deduzidas das amortizações correspondentes, cuja vida útil estimada é de 5 anos.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução do valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* dos ativos são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para fins desse teste, o custo é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa.

2.8 Ativo Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábrica, escritórios, área recreativa, centro de treinamento, refeitório e unidades de compra (filiais). O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais o custo atribuído, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e o custo atribuído é baseado nas alterações introduzidas no Brasil, em face da adequação às normas internacionais de contabilidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na expectativa da vida útil dos bens. Os terrenos não são depreciados.

2.9 Contas a pagar de fornecedores e credores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Provisões

As provisões para passivos contingentes referentes às ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.13 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

A Companhia poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14 Capital social

O Capital Social está representado por 992.986 (novecentas e noventa e duas mil, novecentas e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 10.075 (dez mil e setenta e cinco) ações ordinárias são atualmente mantidas em tesouraria. A estrutura societária é composta por acionistas pessoas físicas brasileiras e duas pessoas jurídicas norte americanas, a saber, G. F. Vaughan Tobacco Co. Inc. e Hail & Cotton (Brazil) LLC.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos – tabaco beneficiado

As vendas de tabaco realizadas no mercado nacional são reconhecidas no momento que o produto é entregue para o cliente e através da emissão da respectiva nota fiscal de venda e correspondem a 1,4% do total das vendas de tabaco. As exportações indiretas, da

mesma forma, são contabilizadas no momento da emissão da nota fiscal de venda equiparada à exportação e a transferência efetiva do controle do bem ao cliente. Já a receita de vendas nas exportações diretas é determinada pela conversão em moeda nacional de seu valor expresso em moeda estrangeira à taxa de câmbio fixada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em vigor na data de embarque no navio, no porto de origem (Brasil), dos produtos para o exterior, sendo as diferenças decorrentes de alterações na taxa de câmbio tratadas como variações cambiais passivas ou ativas. Cerca de 98,6% de sua produção é voltada ao mercado externo, exportando para mais de 30 países, abrangendo os mercados América do Norte, Europa, Leste Europeu, África, Oriente Médio, América Latina, Ásia e Oceania.

(b) Venda de mercadorias – insumos de produção

Para produzir tabacos de qualidade e na quantidade necessária para atender aos seus clientes, a CTA-Continental possui parceria com os produtores rurais através do sistema integrado de produção de tabaco. Dessa forma, a empresa, em comum acordo com o produtor, realiza o fornecimento de insumos, como defensivos, fertilizantes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e sementes, garantindo o acesso a um pacote tecnológico de produção que atenda aos princípios de boas práticas agrônômicas e de sustentabilidade. Essas receitas são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal de venda e da entrega da mercadoria ao produtor, em contrapartida a conta de adiantamento a fornecedores de tabaco.

(c) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16 Conversão em moeda estrangeira

Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é concomitantemente a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

2.17 Instrumentos financeiros

(a) Classificação

Com a adoção do CPC 48, os ativos e passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

(i) Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

(ii) Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo das rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores de tabaco, derivativos e outros ativos, classificados como ativos financeiros, e o saldo da rubrica de empréstimos, contas a pagar, fornecedores, derivativos e outros passivos, como passivos financeiros.

Para ativos e passivos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado financeiro.

(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Mensuração

Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

(d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui operação contratada de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022, sendo que não havia em 2021.

A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

(i) Swap CDI x Fixed (US\$)

As variações dos passivos acima são reconhecidas em rubricas para instrumentos financeiros, no resultado financeiro.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são provisionadas.

As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos financeiros (contas a receber de clientes e créditos com fidejussórios), na avaliação da recuperabilidade e amortização do ativo intangível, na avaliação do registro de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, na avaliação de instrumentos financeiros derivativos e na determinação de passivos referentes a provisões.



As demonstrações financeiras da Companhia foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, que emitiu parecer sem ressalva datado em 21 de fevereiro de 2023.

DIRETORIA

Eduardo Renner
Diretor-Presidente | CEO
Chief Executive Officer

Irineu Alfonso Henn
Diretor Vice-Presidente de Operações | COO
Chief Operating Officer

Daniel de Moura Barbosa
Diretor Vice Presidente Financeiro | CFO
Chief Financial Officer

DIRETORIA EXECUTIVA

Angela Regina Fischer
Diretora Executiva

Djovane Gass
Diretor Executivo

Gilberto Bender
Diretor Executivo

Leandro Augusto Jaeger
Diretor Executivo

Milton José Lauer
Diretor Executivo

Roger Feix
Diretor Executivo

Contadora:
Jussara Calderipe Cezar
Gerente de Controladoria
Contadora CRC RS-056961/O
CPF: 620.278.160-20

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
☎ (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

